

**O LOCUS DA LANGUE COMO UM SISTEMA E COMO UM FATO SOCIAL NO
CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL DE FERDINAND DE SAUSSURE**

**THE LOCUS OF LANGUE AS A SYSTEM AND AS A SOCIAL FACT IN FERDINAND
DE SAUSSURE'S COURSE IN GENERAL LINGUISTICS**

Daniel Marra¹

Sebastião Elias Milani²

Resumo: Este artigo trata das reflexões de Ferdinand de Saussure (1857-1913) a respeito de como deveriam ser os estudos de natureza linguística e de qual seria o objeto de estudo da Linguística. Tal procedimento teórico-metodológico instituiu a Linguística como ciência e a *langue* como seu objeto único. Enquanto a *parole*, a parte individual da linguagem, foi definida como “um ato individual de vontade e inteligência”, a *langue* foi duplamente definida como “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo”, e como “um sistema virtual que existe no cérebro” deste. No primeiro caso, a definição de *langue* se encaixa nas características dos *atos sociais*, que são exteriores ao indivíduo e exercem coerção sobre sua vontade; no segundo, como um *sistema* que lhe é interno. Além de descrever e explicar essa aparente contradição sobre o *locus* da *langue* nas definições saussurianas, defende-se aqui o argumento de que há espaço em tais definições para a emergência do ator social como um agente nos processos linguísticos.

Palavras-chave: Saussure; *langue*; fato social; sistema; indivíduo; sociedade

Abstract: This paper deals with the reflections of Ferdinand de Saussure (1857-1913) about how the linguistic studies should be and what would be the study object of Linguistics. This theoretical-methodological procedure established Linguistics as a science and the *langue* as its sole object. While the *parole*, the individual part of language has been defined as “an individual act of will and intelligence”, the *langue* was doubly defined as “the social part of language, exterior to the individual”, and as “a virtual system that exists in the brain” of him. In the first case, the definition of *langue* fits the characteristics of social facts, which are external to the individual and exert coercion over his will; in the second, as a system which is internal to him. Besides describing and explaining this apparent contradiction about the *locus* of *langue* in saussureans definitions, it is argued here that there is room in such settings for the emergence of the social actor as an agent in the linguistic processes.

Keywords: Saussure; *langue*; social fact; system; individual; society

Introdução

¹ Doutor em Letras e Linguística – UFG. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. E-mail: delmarra2004@hotmail.com

² Doutor em Semiótica e Linguística Geral – USP. Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: sebaselias37@hotmail.com

O pensamento de William Dwight Whitney (1827-1894) sobre a natureza da língua como uma instituição social representou um ponto de virada nos estudos da linguagem. Ao dizer que a língua era uma instituição social, o autor afastava dela toda ideia metafísica e inatista que, de longa data, subjazia ao pensamento europeu sobre a natureza desse elemento, e a colocava no mesmo nível das demais instituições criadas pelos seres humanos. Além disso, ao tomar a língua como o bem social mais precioso que o indivíduo pode obter, Whitney deixou claro que se tratava de uma posse da coletividade, no sentido de que qualquer criação individual só entraria na língua se houvesse a adesão da maioria (cf. WHITNEY, 1971[1867], p. 100). Essa forma de compreender a língua permite que Whitney seja tomado como o ponto de partida de análise da noção de língua como um fato social, embora a expressão utilizada pelo autor fosse instituição social³ e não fato social.

A influência das ideias linguísticas de Whitney sobre a Escola Neogramática, da qual Ferdinand de Saussure era discípulo, teria consequências importantes sobre a forma com que este refletiria sobre a natureza do objeto da Linguística, a *langue*. Trata-se, neste artigo, da reflexão de Saussure a respeito de como deveriam ser os estudos de natureza linguística, ou seja, dos procedimentos metodológicos, e de qual seria o objeto de estudo da Linguística, que se pode chamar de corte epistemológico. Tal *corte* daria *status* de cientificidade à Linguística e instauraria a *langue* como seu objeto único. Enquanto a fala, a parte individual da linguagem, fora definida como “um ato individual⁴ de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 2006[1916], pp. 21-22), a *langue* recebera dupla definição: um objeto que representa a “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo” (*op. cit.*, p. 27);

³ Segundo John Scott (2010, pp. 112-113), a ideia de instituição social foi usada pela primeira vez entre os sociólogos para descrever “costumes e hábitos culturais de uma sociedade”. Scott diz que essa ideia foi expressa por William Sumner (1840-1910) ao dizer que os hábitos grupais, como “determinadas maneiras de agir, pensar e sentir são adotadas e repetidas ao longo do tempo até se tornarem comportamentos rotinizados e axiomáticos”. Também Herbert Spencer (1820-1903) já compreendia as sociedades como “instituições abrangentes, domésticas, cerimoniais, políticas, eclesiásticas (ou religiosas), profissionais (ou ocupacionais) e industriais. Porém, segundo Scott, a ideia de instituição “foi expressa com maior sucesso por Durkheim, que generalizou a noção de regras jurídicas, morais ou costumeiras que existem como fatos sociais restritivos numa sociedade particular”. Scott argumenta assim que “as instituições são constituídas a partir de normas ou expectativas sociais amplamente consideradas como obrigatórias e sustentadas por fortes sanções que garantem a conformidade a elas”. Ainda segundo Scott, “fica nítida a ideia básica de instituição como uma série de expectativas normativas fundamentais, generalizadas e recorrentes”.

⁴ Embora Saussure diga que a fala seja “um ato individual de vontade e inteligência”, parece possível pensar que o uso da locução adjetiva *do indivíduo*, ou mesmo do adjetivo *particular*, no lugar do adjetivo *individual*, seria mais adequado. A fala compreendida como um ato do indivíduo, ou um ato particular, não seria um ato totalmente individual, uma vez que o indivíduo não fala para si mesmo e as razões que permitem o exercício da fala não dependem somente do indivíduo que fala, mas também de para quem se fala, das situações e eventos de fala. Assim, embora seja preciso que haja no indivíduo vontade para que enuncie algo, e a fala dependa dos processos articulatórios próprios de cada indivíduo, esse ato de vontade é sempre condicionado por algo exterior ao indivíduo falante, depende de seus interlocutores.

e “um sistema virtual que existe no cérebro” (*op. cit.*, p. 21). No primeiro caso, a definição de *langue* se encaixa nas características dos *atos sociais*, que são exteriores ao indivíduo e independente de sua vontade; no segundo, como um *sistema* que é interno ao indivíduo.

Discute-se, além disso, sobre o *locus* da língua como um fato social e como um sistema, isto é, onde ela se situa. Como um fato social, a língua exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, controla a vontade deste, isto é, impõe-se a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e mudá-la. Logo, será interessante refletir sobre a natureza da mudança linguística que somente ocorre enquanto é falada pelos indivíduos. Importa-se, também, refletir sobre a natureza da língua que é, ao mesmo tempo, interna (sistema) e externa (fato social) ao indivíduo e sempre social. Aponta-se, além disso, até que ponto a fala pode ser compreendida como um ato individual ou como realização da língua, ou prática de fala, que não é totalmente individual.

As reflexões que compõem este artigo se orientam pelo método da Historiografia-Linguística. Esse campo de conhecimento linguístico foi definido por Cristina Altman (1998, p. 25) como tendo objetivos de “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”. As etapas do trabalho historiográfico-linguístico, esboçadas por Milani (2011), direcionam a pesquisa e organização deste trabalho.

O estabelecimento da *langue*, um elemento híbrido, como objeto da Linguística

As questões que mais perturbaram Saussure em sua tentativa de vislumbrar uma ciência da linguagem desembaraçada dos fios que a ligavam a um passado de inúmeras e incongruentes teorizações diziam respeito:

- a) à inconsistências metodológicas;
- b) à indefinição de um objeto único;
- c) e às proposições errôneas sobre a natureza desse objeto.

Para Hilton Japiassu (1978, p. 144), é incontestável que, “para se definirem, as ciências humanas precisam ao mesmo tempo de um método e de um objeto apresentando propriedades suscetíveis de se ajustarem a um tratamento científico”. Além disso, diz que “o objeto das ciências é um objeto teórico construído, um objeto de pensamento, e não concreto”.

O pensamento sistemático-objetivista de Saussure sabia que seria necessário ir além da prática comum de sua época, que estava ancorada nos ideais da Gramática Comparada de observar as semelhanças entre línguas indoeuropeias. Para isso, visualizou um meio de estudar a estrutura geral da língua. Para que pudesse dar forma a seu empreendimento, sabia da necessidade de definição de seu objeto:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre [...]. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 2006[1916], p. 15).

Um fenômeno linguístico qualquer dado à observação poderia ser analisado de vários pontos de vista: considerando-se os aspectos físico, fisiológico, psíquico e social da linguagem. No entanto, tais elementos poderiam ser reivindicados como objetos pertencentes a outras ciências:

[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. – que separamos claramente da Linguística, mas que por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos (*op. cit.*, p. 16).

O objeto da Linguística deveria ser, então, purificado ou desembaraçado de suas relações com outros objetos. Esse objeto, recortado metodologicamente, deveria ser estudado de forma independente, observadas sistematicamente as fronteiras do que é objetivo, subjetivo, social e individual. Tal elemento é a língua. Seu estabelecimento como objeto da Linguística se deu pelo fato de ser somente ela “suscetível de uma definição autônoma” e que fornecia “um ponto de apoio satisfatório para o espírito” ou seja, para a reflexão. Conhecedor, como certamente era, das exigências da academia do cientificismo, Saussure conseguiu, dessa forma, construir um objeto teórico para a Linguística, como deveria ser com as disciplinas que pretendessem ascender à cientificidade, “um objeto de pensamento”, nos termos de Japiassu (1978).

O linguista romeno, Egenio Coseriu (1921-2002), no ensaio Georg von der Gabelentz e a Linguística Sincrônica (1967[1980]), buscou mostrar as semelhanças entre as conceituações de Gabelentz e as de Saussure. Muitas das terminologias postas por

Saussure no Curso já estariam presentes na obra de Gabelentz (1891) com definições muito semelhantes. Evidentemente, Coseriu buscava evidenciar o trabalho de Gabelentz como a fonte da Linguística Sincrônica de Saussure. No entanto, de todas as distinções saussurianas que Coseriu mostrou terem, de alguma forma, relação com as conceituações de Gabelentz, a que se mostrou mais distante da noção de Gabelentz foi a distinção *langue/parole*. A razão disso se deve ao fato da noção de Gabelentz encerrar apenas uma oposição *sistema e realização* (ou potência/fenômeno concreto), enquanto a distinção saussuriana, além da oposição *sistema e realização*, impõe a oposição *sociedade e indivíduo*:

Saussure [...] relaciona essa distinção com a concepção da língua enquanto 'fato social', ou, mais exatamente, faz um esforço para combinar duas oposições diferentes: realização/sistema e indivíduo/comunidade [...]. Por isso, há, na realidade, no *CLG*, duas noções diferentes de 'língua' que não coincidem inteiramente (COSERIU, 1980[1967], 220, *passim*).

Coseriu não foi adiante, em seu texto, além de chamar a atenção para a complexidade e implicação da noção saussuriana, mas permitiu a emergência das reflexões que serão abordadas no item seguinte.

As consequências de um objeto ambíguo: a *langue* como um fato social e como um sistema

Depois de fazer considerações sobre os aspectos físico, fisiológico e psíquico da linguagem, Saussure declarou que se deveria “acrescentar uma faculdade de *associação* e de *coordenação* [...]”; é essa faculdade que desempenha o *principal papel na organização da língua enquanto sistema* (SAUSSURE, 2006[1916], p. 21, ênfase no original)”. Saussure se referia, nesse caso,

- a) às relações associativas, ou paradigmáticas, cuja “sede é no cérebro” e representam um “tesouro interior que constitui a *língua de cada indivíduo*” (*op. cit.*, 143, ênfase no original);
- b) às relações sintagmáticas, “relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (*op. cit.*, p. 142). Tais elementos se combinariam para colocar a língua em funcionamento.

Saussure, então, fez algumas declarações metodológicas sobre a *langue* cujos sentidos são, às vezes, polares. Primeiramente, insistiu no caráter social desse objeto:

Para bem compreender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o *fato social* [...]. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (*op. cit.*, p. 21, *passim*, ênfase no original).

Em seguida, deu ênfase à natureza psíquica do sistema:

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde *as duas partes do signo são igualmente psíquicas* [...]. Uma língua constitui um sistema. [...] tal sistema é um mecanismo complexo; só se pode compreendê-lo pela *reflexão* (*op. cit.*, pp. 23, 87, 138, *passim*, ênfase no original).

Através dessas definições é possível perceber que Saussure buscava realçar a natureza do objeto da ciência emergente. A *langue* é um objeto que resultou de um processo de abstração feita pelo linguista, isto é, fora da reflexão do linguista esse objeto não existe em si. Antes de Saussure, a língua era apenas considerada por meio de sua manifestação na fala, ou tendo “outros pontos de vista” (*op. cit.*, p. 25). Estudar esse objeto em si significava abstrair-se de sua manifestação concreta, isto é, considerar esse objeto independentemente de sua realização físico-sonora. Significava fazer considerações sobre a forma como esse elemento é assimilado pelo indivíduo, da maneira como ele se estrutura em sua mente, do modo como o indivíduo transforma sua percepção do mundo (imagem acústica) em conceito, e/ou da forma pela qual um conceito suscita uma determinada imagem acústica no indivíduo.

A instituição da *langue* como um sistema abstrato tratou-se, pois, da elaboração de um objeto virtual, não no sentido de que exista apenas no plano das ideias, mas no sentido de uma escolha metodológica que separou elementos que historicamente e ontologicamente não são separáveis. Os falantes não compreendem que a língua e a fala sejam necessariamente distintas. Historicamente, esses dois elementos sempre

sobressaíram à compreensão dos indivíduos numa relação sinonímica. E, aos pesquisadores, a forma concreta da língua, seja em registros históricos ou em suas realizações sonoras, foi sempre o meio de alcançarem a natureza desse objeto. Ontologicamente, tais elementos representam unidades interdependentes já que uma (a língua) é instrumento e produto da outra (a fala):

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes [...]. Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas (SAUSSURE, 2006[1916], p. 27, *passim*).

Posto de outro modo, o que Saussure dizia é que de um ponto de vista metodológico é possível conceber tais elementos de forma separada. Trata-se de uma escolha feita pelo linguista, que orientaria os demais estudiosos da linguagem a realizarem suas pesquisas levando em consideração tal procedimento teórico-metodológico, não que língua e fala devessem, de fato, em todos os momentos, ser estudadas separadamente. Não se trata aí de declarações sobre o mundo, sobre a realidade das coisas, mas de afirmações metodológicas *apriorísticas* necessárias para que os pesquisadores da Linguística pudessem proceder a qualquer análise da natureza desse objeto, abstraídos de sua contraparte concreta.

Por outro lado, a separação de elementos interdependentes apenas se sustenta abstratamente, isto é, a língua separada da fala apenas subsiste através de um processo mental, através da reflexão do linguista sobre as propriedades que são próprias desse objeto. As declarações de Saussure sobre a natureza da *langue*, evidenciadas acima, deixaram emergir um objeto de natureza um tanto híbrida: a *langue* é um objeto que ora é definida com um *fato social*, exterior ao indivíduo, ora como um *sistema*, localizada na mente do indivíduo:

Ela é a parte social da linguagem, *exterior ao indivíduo*, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la [...]. Os signos linguísticos, [...] as associações ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, *são realidades que têm sua sede no cérebro* (SAUSSURE, 2006[1916], pp. 22-23, ênfase no original).

Trata-se de duas noções que parecem representar, num primeiro momento, uma oposição, não menos que a oposição *langue/parole*:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação é psicofísica. Nada existe, portanto, de coletivo na fala [...] (*op. cit.*, pp. 27-28).

O fato é que, como assinalou Coseriu (1980[1967]), Saussure busca fazer coexistir nas noções *langue/parole* duas oposições que não são inteiramente compatíveis da forma como foram estabelecidas: *sistema* e *realização*, *sociedade* e *indivíduo*. A primeira oposição – *sistema/realização* – depende de uma noção de língua como interna ao indivíduo e sua contraparte, a fala, como exterior a ele. A segunda oposição – *sociedade/indivíduo* – apoia-se na concepção de língua como exterior ao indivíduo e sua contraparte individual como interna a ele.

Ora, se a *língua* é um *sistema*, a base desse sistema não pode ser outra senão a mente⁵ do indivíduo. É no *interior* do indivíduo, no espaço das abstrações do social, que a língua se encontra armazenada em forma de imagens verbais e estruturada de forma que o conceito e a imagem acústica possam se encontrar e se relacionar com os demais signos linguísticos na produção de enunciados inteligíveis e coerentes. É na esfera do indivíduo também que a língua se torna inteligível através de sua *realização* na *fala*. Logo, a dualidade sistema e realização está para o indivíduo. É fato que um único indivíduo não possui interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, mas possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar seu papel de ator social de direitos e liberdades, e isso não é menos complexo que a totalidade, portanto, não é menos língua.

⁵ Saussure fala de *cérebro* e *psíquico* indistintamente quando quer se referir ao espaço em que estão armazenadas as abstrações do social, as normas de conduta, as convenções, os costumes sociais aprendidos. Cérebro e psíquico têm, na atualidade, significações distintas. O primeiro faz referência a um lugar biológico que faz parte da anatomia humana. Cf. a definição do Dicionário Aurélio: “Porção do encéfalo que ocupa, na caixa craniana, toda a parte superior e anterior”. O segundo termo conforme definição do mesmo dicionário é “relativo ou pertencente à psique, à alma ou ao psiquismo”. Optou-se aqui pelo termo *mente* porque ele impede que se possa fazer uma leitura equivocada de que a língua faça parte do organismo biológico do indivíduo, mas poderia ser igualmente utilizada as terminologias *psíquico* ou *psique*.

Na contraparte *externa* da conceituação saussuriana, a *língua* é um *fato social*, ou seja, representa uma realidade exterior ao indivíduo e à sua vontade e sobre a qual exerce coerção. Como um fato social, a língua não constitui uma função do falante nem está baseada na mente do indivíduo, ela pertence à *coletividade* onde também se situa.

Essa oposição interno *versus* externo que envolve ambos os elementos língua e fala encerra, na leitura de William Labov, um paradoxo:

Se todos possuem o conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (SAUSSURE, 1962, p. 30), seria possível se obter os dados através do testemunho de qualquer pessoa – mesmo uma única pessoa. Por outro lado, dados da *parole*, ou fala, poderão apenas ser obtidos através do exame do comportamento dos indivíduos ao fazerem uso da língua. Assim, temos o “Paradoxo Saussuriano”: o aspecto social da língua é estudado através da observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente através da observação da língua em seu contexto social (LABOV, 1991[1972], p. 186).⁶

Na sequência de sua discussão, Labov ainda sinalizou que o próprio linguista era um pouco hesitante sobre essa questão, pois, logo após dizer que a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”, acrescentou: “ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo” (SAUSSURE, 2006[1916], p. 21).

Nota-se, neste caso, que Labov, sem se conscientizar da distinção apresentada anteriormente, tomou a discussão que Saussure fizera sobre a *langue* enquanto este refletia sobre sua natureza como um *sistema* e, na formulação de seu raciocínio, acrescentou elementos que são próprios da caracterização saussuriana de língua como um *fato social*.

Argumentou-se, anteriormente, neste artigo, que a contraparte da *langue* como um sistema é a *realização da fala*. A fala como realização não é um ato totalmente individual, pois não se fala para si mesmo. Confronte-se, por exemplo, a exposição que Saussure fizera do *circuito da fala*. Labov excluiu ainda a informação anterior em que Saussure dizia que se tratava de “um tesouro depositado *pela prática da fala*” (SAUSSURE, 2006[1916], p. 21, ênfase no original). Em outro momento, ele assegurara que nada

⁶ If everyone possesses a knowledge of language structure, if *langue* is “*un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau*” (SAUSSURE, 1962, p. 30), one should be able to obtain the data from the testimony of any one person – even oneself. On the other hand, data on *parole*, or speech, can only be obtained by examining the behavior of individuals as they use the language. Thus we have the *Saussurian Paradox*: the social aspect of language is studied by observing any one individual, but the individual aspect only by observing language in its social context (LABOV, 1991[1972], p. 186).

entraria na língua sem que fosse “antes *experimentado na fala*” (*op. cit.*, p. 196, ênfase no original).

Os exemplos dados por Saussure não se tratam de atos puramente individuais, exceto pelo ato de vontade do indivíduo de querer comunicar-se, de sua realização fisiológica na fala e de seu estilo individual e variável. Mas a prática da fala requer que outros indivíduos estejam envolvidos em tal propósito. Trata-se da língua em funcionamento ou em uso. Nesse caso, não há controvérsia. Não se trata da oposição indivíduo e sociedade, mas da oposição sistema e realização (retoma-se essa discussão mais adiante).

Reflexões sobre a dualidade: sistema *versus* fato social

Outra implicação da dicotomia saussuriana *langue/parole*, de especial interesse para este trabalho, está relacionada com a oposição sociedade/indivíduo, pois a *langue* é também “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (*op. cit.*, p. 21). Saussure, além disso, insistiu que para compreender o papel do objeto da Linguística seria necessário que se saísse do “ato individual” e se abordasse o “fato social”.

A Linguística teve seu estatuto definido com Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1916). Inserido num contexto em que a sistematização metodológica era critério básico para qualquer estudo que pretendesse ascender à cientificidade, o linguista estabeleceu o objeto de estudo dessa disciplina de forma que pudesse delimitar também as fronteiras do campo que lhe seria próprio. Ao determinar a *langue* como o objeto legítimo da investigação linguística, um sistema cujas forças são exteriores ao indivíduo e à realidade física, Saussure pareceu desconsiderar que o indivíduo pudesse ser um agente de consciência e de vontade.

O conceito de *langue* como um fato social aproxima o objeto da Linguística daqueles da Sociologia. Ao definir como objeto de estudo da Sociologia os fatos sociais, Émile Durkheim (1858-1917) buscava afastar de sua área de investigação as manifestações individuais, preferindo, assim, explicar a sociedade como uma entidade que existe independentemente dos indivíduos que a compõem.

Os fatos sociais eram, para Durkheim, formas de pensar, sentir e agir, e seu estudo deveria considerar tais realidades como externas ao indivíduo e dotadas de forças coercitivas que se impõem à vontade deste. Bernard Charlot (2000) argumentou que a

Sociologia de inspiração durkheimiana quis dispensar o indivíduo ao se construir contra o sujeito da Filosofia e da Psicologia, porém, não conseguiu abrir mão de qualquer referência ao “psiquismo”. Charlot (*op. cit.*, p. 34) deu ênfase ao pensamento de Durkheim de que seria preciso considerar “os fatos sociais como coisas”, e que tais elementos só poderiam ser explicados por outros fatos sociais, sendo considerada falsa qualquer explicação que recorresse diretamente ao psiquismo. Mas, considerando que os fatos sociais são modos de agir, pensar e sentir, Charlot apontou para a dificuldade de pensar um psiquismo sem o indivíduo, ou um psiquismo que fosse analisado em referência à sociedade.

Deve-se ter em mente que as duas áreas, Sociologia e Linguística, se constituíram como campos legítimos do estudo do conhecimento humano e social por força dos *cortes metodológicos* que seus teóricos executaram. Entretanto, a dissociação indivíduo/sociedade, ainda carente de uma explicação coerente tanto no campo da Linguística quanto da Sociologia, produziu um século de debates entre pesquisadores que se veem presos às deliberações metodológicas fundadoras desses campos e que não conseguem, simplesmente, fugir de explicações controversas ou polêmicas. Pode-se perceber assim que os confrontos que ocorrem entre os campos de estudo, cada um defendendo sua autonomia e sem limites por meio da definição de seu objeto, acabam deixando o objeto confuso.

A dissociação entre indivíduo e sociedade surgiu nos estudos da linguagem e permaneceu durante o século XX, dividindo os grupos de pesquisadores de acordo com o caráter antitético desses elementos (cf. LABOV, 1991[1972]). Se no século XIX os estudos da linguagem padeciam pela indefinição de um objeto e de um método adequado para se chegar à compreensão desse objeto, no século XX a opção por um objeto “único” (um elemento híbrido que foi purificado) fez com que a Linguística perdesse contato com algo que é próprio de seu domínio: os indivíduos falantes.

Atentem-se, assim, para os seguintes detalhes: ao determinar o objeto da Linguística, Saussure separou a linguagem que é multidomínios em dois elementos: de um lado, aquilo que é social, e de outro, o que é individual. Deve-se pensar, também, no fato de ser a linguagem algo inerente a todos os seres humanos. Todo indivíduo socializado é portador da linguagem, isto é, todo ele tem consigo os dois elementos que constituem a linguagem: não menos o social que o individual.

Ao caracterizar a língua, a parte social, como um fato social, que é exterior ao indivíduo, Saussure não explicitou se pensava no “indivíduo concreto” ou no “ator social”,

abstratamente concebido. Repetindo Giddens (1998, p. 155), “o indivíduo concreto, necessariamente, é o ‘portador’ da sociedade: removam-se todos os organismos humanos e não há mais sociedade”. O ator social é o ser em geral, abstraído metodologicamente, um agente ativo que possui consciência e vontade.

Se a língua é um fato social cuja natureza se encaixa na descrição feita por Durkheim – não há outra definição –, então, não surpreende o fato de que, frequentemente, Saussure seja acusado de ter suprimido o papel do indivíduo nos estudos de natureza linguística. R. Lafont e F. Gardès-Madray (1976, p. 13 *apud* FIORIN, 2002, p. 29), por exemplo, argumentaram que “a oposição *langue/parole* permite eliminar o falante da investigação linguística”. Confronte, além disso, a declaração de Marina Yaguello sobre o papel ativo do indivíduo falante: “o falante – por meio do qual se exprimem também as relações sociais –, por longo tempo afastado da Linguística, nela foi introduzido pela Sociolinguística e disso resultou uma redefinição do próprio objeto dessa ciência” (YAGUELLO, s/d *apud* FIORIN, 2002, p. 27).

Por outro lado, ao caracterizar a natureza da fala, Saussure declarou que se tratava de “um ato individual de vontade e de inteligência” e que “dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2006[1916], pp. 21-22). Essa declaração do linguista permite uma nova interpretação da concepção de indivíduo (falante), a do *ator social*, nos termos de Giddens (1998), constituído de vontade, consciência e inteligência; que tem o poder de escolher e de agir diante das situações que exigem sua *agência*. Esta está relacionada à capacidade do indivíduo de realizar coisas.

Seria possível pensar que, como aconteceu com Durkheim na discussão sobre os fatos sociais, a forma como Saussure definiu os elementos língua e fala resvalasse de uma concepção de indivíduo a outra.⁷ Dessa forma, sua conceituação de língua como um

⁷ Não são raras as críticas direcionadas às discussões de Durkheim sobre a questão do indivíduo. Giddens (1998[1977]) analisou a obra de Durkheim e percebeu determinadas inconsistências na forma de o sociólogo francês tratar da relação indivíduo/fatos sociais. Na discussão dos fatos sociais, Durkheim enfatizara o poder de restrição externa que os fatos sociais impõem ao empreendimento individual. O poder coercitivo dos fatos sociais constituiria uma realidade externa que exigiria uma adequação do indivíduo às normas coletivas de ação e pensamento. Na análise sobre a emergência do individualismo moral e do egoísmo, Durkheim especificara duas concepções de indivíduo: o concreto e o abstrato. O indivíduo abstrato, tema dos ideais que foram transportados para o individualismo moral, representava “o ser humano em geral”; o indivíduo concreto representava “o portador da sociedade”, o indivíduo de direitos e liberdades, responsável pela autorrealização, pela busca do bem estar, pela especialização ocupacional na divisão do trabalho. No entanto, conforme assinalou Giddens, no tratamento que Durkheim dera aos fatos sociais, a distinção do tipo de indivíduo não foi especificada: “Sustentando que os fatos sociais são ‘externos’ ao indivíduo, Durkheim tinha em mente o indivíduo concreto (...). Se o indivíduo de Durkheim é o ‘indivíduo concreto’, então sua análise do caráter ‘coercitivo’ dos fatos sociais em *As regras* é, no mínimo, insatisfatória; assim, outros fenômenos externos ao ‘indivíduo concreto’ compartilham do mesmo caráter – tal como aqueles determinados pelo ambiente geográfico. Os fatos sociais seriam meramente residuais, colocados ‘fora’ do indivíduo e resistentes à sua vontade. Mas é evidente que não era isso que Durkheim

fato social só faria sentido se o indivíduo em questão fosse o indivíduo concreto, enquanto a forma como conceitua a fala daria lugar à emergência de um indivíduo de vontade e inteligência plenas. No entanto, Saussure não compreendia que a língua como um fato social fosse exterior a todos os indivíduos, como deu a entender Durkheim em sua definição dos fatos sociais que fossem exteriores a todos os indivíduos. A língua é exterior ao indivíduo particular ou a cada indivíduo particular, não a todos os indivíduos.

Isso significa que a língua pré-existe e sobrevive a cada indivíduo e que não é inventada por ele. Dizer que a língua é uma realidade externa ao indivíduo particular significa, além do que foi dito, que inúmeros indivíduos já eram portadores dela quando este nasceu e que continuarão sendo após a morte deste. Significa que o sistema de signos que o ser particular utiliza para se expressar existe e funciona independente dos usos que ele faz desse sistema.

No entanto, embora a língua possa existir e funcionar independente dos usos que o indivíduo particular faça dela, não é verdade que ela exista e funcione independentemente dos usos que os demais membros da sociedade façam dela. Bernard Lahire (2006) analisou a declaração de Durkheim de que os fatos sociais são exteriores a todos os indivíduos, ou que “as maneiras coletivas de agir ou de pensar tem uma realidade *fora dos indivíduos*”, e argumentou que, por não ser o social distinto dos indivíduos, não via onde se apoiava esse *fora dos indivíduos*:

Se todas as vezes eu considerasse as coisas do ponto de vista de cada um desses outros indivíduos, eu poderia dizer de fato, que nenhum deles inventa essas instituições. Mas se o raciocínio é pertinente para cada um dos indivíduos tomados um a um, não se pode esquecer também que todas as vezes o conjunto dos outros indivíduos é portador de instituições que supostamente se impõem do exterior a cada indivíduo particular. Consequentemente, não se pode adicionar tais raciocínios a cerca de cada indivíduo singular para deduzir daí que as instituições são exteriores a todos: ao contrário, elas são sustentadas por todos (LAHIRE, 2006, p. 599).

queria sustentar. Os fatos sociais são distintos dos do mundo físico, porque ‘eles consistem de ideias e ações’. Em que sentido, então, os fatos sociais seriam ‘coercitivos?’ (op. cit., p. 155). Para Giddens, a incoerência presente na análise que Durkheim fizera da natureza dos fatos sociais deveu-se à indistinção da natureza do indivíduo concreto, de um lado, e do ator social, abstratamente concebido, de outro. “O indivíduo concreto, necessariamente, é o ‘portador’ da sociedade: removam-se todos os organismos humanos e não há mais sociedade”, enfatizou Giddens (op. cit., loc. cit.). A análise de Giddens mostrou que a reflexão empreendida por Durkheim sobre os fatos sociais em *As regras do método sociológico* (1895), vai de uma noção de indivíduo a outra. Mostrou ainda a incoerência presente na argumentação de que tais fatos, por serem “empiricamente externos” à ação individual, poderiam exercer uma força semelhante àquelas produzidas pelas forças geográficas e climáticas. Por isso, a conclusão de Giddens (op. cit., p. 162) foi de que a maior parte do argumento de Durkheim sobre os fatos sociais “só é compreensível se o ‘indivíduo’ for o ‘indivíduo concreto’”.

Para Saussure, porém, a língua como um fato social possui uma realidade externa ao indivíduo “particular”, mas interna ao conjunto de indivíduos, à coletividade. Nesse momento, parece emergir uma possível explicação para a aparente ambiguidade na noção de indivíduo presente na discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua e da fala, apontada anteriormente.

Falou-se aqui que a discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua como um fato social só fazia sentido se o indivíduo que ele tinha em mente fosse o ser concreto. Por outro lado, sua conceituação da natureza da fala dava lugar ao agente social de consciência e vontade. Saussure, no entanto, não compreendia a noção de fato social nos mesmos termos que Durkheim o concebia, tinha sua própria concepção.

A língua constitui-se uma realidade externa ao indivíduo particular, mas ele pode e deve apropriar-se dela. Em seus anos iniciais, através de um processo inconsciente, o indivíduo é levado a interagir com seus pais, família e amigos. Estes já internalizaram, pelo exercício da fala, a estrutura da língua, seu vocabulário e os sons que lhe são próprios. Ela não constitui mais para estes uma realidade exterior, mas a compreendem como uma realidade presente em todos os demais membros do grupo a que pertence.

À medida que o indivíduo vai aprendendo a língua de seus pais, por um instinto de sobrevivência, e de autoidentificação, a língua que antes só podia ser percebida nos “outros”, pouco a pouco, vai se tornando parte da estrutura psíquica desse indivíduo. Desde suas primeiras tentativas de pronunciar as primeiras palavras o indivíduo é incentivado a produzir novas palavras e novos enunciados. A prática deste permitirá que desenvolva habilidades que facilitarão o exercício da fala e o processo de internalização da língua será acelerado.

Veja que o indivíduo que aprendeu a língua e aquele que a coloca em funcionamento é o mesmo. Trata-se apenas de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo “pré-social” é posto em contato com a língua. Isto significa que ela está do lado de fora dele, mas nunca “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos falantes. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar, de acordo com as situações de uso, sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. Poderá selecionar algumas palavras e não outras; poderá escolher um tom mais alto ou mais baixo; poderá escolher entre uma variante mais ou menos formal; poderá ser criativo no uso da língua.

Analise-se também a seguinte questão, posta no início deste texto, que em linhas gerais busca compreender o seguinte: se a língua exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, isto é, se impõe a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e alterá-la, – visto que a concepção de fato social como força coercitiva não permite a ação individual – como é que ela muda somente enquanto é falada pelos indivíduos?

Novamente, é preciso compreender que a língua só muda quando é falada. Como um fato social que é exterior e resistente à vontade do indivíduo, não resta alternativa a este senão se subordinar às suas prescrições. Como uma estrutura internalizada e subserviente às vontades dos indivíduos ela é sujeita a todas as transgressões e caprichos destes. É fato que um único indivíduo não tem o poder de criar novas formas ou alterar suas formas existentes, mas o consenso dos demais membros do grupo validará as iniciativas individuais.

No item anterior, argumentou-se que o fato de a *langue* ter sido caracterizada como um *sistema* e como um *fato social* produzia uma aparente contradição por causa da relação natureza interna/externa desse elemento. Da mesma forma, a contraparte individual desses elementos realização/indivíduo também parecia estacionar nos polos interno/externo. Mas a aparente contradição que subjaz à conceituação saussuriana parece ter sido esclarecida nas argumentações aqui evidenciadas.

A *langue* como *fato social* é exterior ao indivíduo porque ele não nasce em posse dela. Como um corpo biológico, a infância do indivíduo é o período em que ele terá contato com a língua de seus pais e daqueles em torno de si, que lhe têm cuidado e lhe ensinam as normas sociais. Como afirmou Saussure, “o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila” (SAUSSURE, 2006[1916], p. 22). Em outra ocasião disse que “é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências” (*op. cit.*, p. 27). Saussure aponta assim para uma postura não inatista da língua, porém considera a faculdade de linguagem que é inata ao indivíduo pré-social.

Veja que se trata de um estágio, de uma etapa de aprendizado da língua e de outros códigos sociais, que estão fora do corpo orgânico do indivíduo pré-social, mas que estão nos demais indivíduos que já internalizaram tais elementos. Nos estágios posteriores, esse indivíduo já terá aprendido a língua e com ela os elementos culturais, sociais, geográficos, históricos etc. que fazem a língua.

O *fato social* terá sido internalizado⁸ e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um *sistema*. Como os demais indivíduos, este indivíduo divide as características da língua e domina as normas sociais de seu uso. A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. O sistema, desde sua organização na mente humana, que representa o desenvolvimento do aprendizado dos indivíduos no decorrer dos séculos, à simples veiculação de um determinado conceito a uma imagem acústica, é revestido do social.

A evidência da língua só aparece por meio da realização através da fala. A fala compreendida como sons articulados constituidores de enunciados inteligíveis não é individual⁹. Os sons articulados produzidos pelo indivíduo com a intenção de significar ou de exteriorizar uma ideia são sociais, pois se enuncia algo que é comum ou inteligível a quem escuta. Falar é um ato de vontade do indivíduo, pode ser uma necessidade pessoal ou social, pode o indivíduo falar quando tem vontade e não falar quando não tem. Sua vontade é, no entanto, condicionada por algo exterior a si, algo que está no outro, ou com quem se acha relacionado, pois nunca se fala para si mesmo. O ato de falar mobiliza órgãos que fazem parte da fisiologia do indivíduo (órgãos fonadores), que são únicos em cada indivíduo, mas que foram moldados, treinados com o auxílio de outros indivíduos, pela capacidade de ouvi-los e de imitá-los, de reelaborá-los, e de reproduzi-los.

⁸ O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1930-2002) é bastante significativo quando se pretende estabelecer uma relação entre o que é interno e o que é externo no tratamento do ser social. A análise de Bernard Charlot (2000, p. 35) empreendeu às teses de seu compatriota revelaram-lhe uma noção de indivíduo como um “agente social” eminentemente ativo e atuante: “é o indivíduo quem age e não a estrutura através dele, porém, ele age em função de disposições psíquicas que foram socialmente estruturadas: seu *habitus*”, isto é, “princípios de percepção e ordenamento do mundo”. Charlot diz que na linha de Durkheim, Bourdieu se negava a explicar o social a partir do indivíduo, objeto da filosofia clássica, livre e racional. O ‘agente social’, a que Bourdieu faz referência, não é um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações. Segundo Charlot, Bourdieu introduziu em sua teoria um lugar para o psíquico, “porém esse lugar é ocupado por algo social, o que permite dispensar o conceito de sujeito” (*op. cit., loc. cit.*). Assim, para Bourdieu, “o social torna-se psíquico quando passa do exterior para o interior; e, por isso, o interior tem seu princípio de inteligibilidade no exterior, isto é, no espaço das posições sociais” (BOURDIEU, 1994, *apud* CHARLOT, 2000, p. 35).

⁹ Mikhail Bakhtin (1981[1929], p. 109) diz que “o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual, no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante”. Bakhtin não ignora a individualidade ou exclui a reflexão do indivíduo sobre sua individualidade e sobre sua condição de ser social de direitos e liberdades. A individualidade está relacionada à forma particular com que cada indivíduo dispõe de valores socioideológicos e das “condições vitais e sociais em que esse organismo se encontra colocado” (*op. cit.*, p. 59). Além disso, para o autor, a tomada de consciência pelo indivíduo, o exercício da atividade mental, embora possa dispensar a expressão exterior, não pode dispensar a expressão ideológica, pois a ideologia é constitutiva da atividade mental. Para Bakhtin, a personalidade particular é constituída por meio das relações sociais, e a consciência individual é ideológica. Dessa forma, embora o indivíduo possa assumir valores sociais como sendo seus, sua fonte não se encontra na consciência individual, pois “o conteúdo do psiquismo ‘individual’ é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos” (*op. cit.*, p. 58).

Resta, porém, considerações sobre a noção de indivíduo (falante) em Saussure, frente às concepções de indivíduo presentes no pensamento filosófico europeu. O indivíduo saussuriano não se encaixa na caracterização do *homo clausus* discutido por Nobeit Elias (ELIAS, 1994[1939]), um ser plenamente consciente e autossuficiente, “um pequeno mundo em si mesmo”. Tão pouco, esse indivíduo é um ser totalmente passivo e refém das sanções socioestruturais, como julgava Durkheim (2007, [1895]) que o indivíduo o fosse. O indivíduo saussuriano também se distancia do indivíduo whitneyano (cf. WHITNEY, 1971[1867]): este é mais ativo, tanto no processo de aquisição da língua quanto no processo de disseminação das mudanças linguísticas; aquele é mais passivo.

O indivíduo saussuriano é um ser clivado, reflexo da forma dicotômica com que o autor compreendia a linguagem cindida nas partes *langue* e *parole*. De um lado, está o corpo biológico que entra em contato com o mundo através da língua; de outro, o ser socializado através do aprendizado da língua e das demais normas morais sociais, embora de forma um tanto passiva; e ainda, o “senhor da fala”, dotado de inteligência e consciência plenas.

Essa análise mostra que o indivíduo saussuriano não é um ser uno, mas plural, que desempenha papéis diferentes frente às diversas situações da vida social. Não é consciente em todos os momentos de sua vida, mas tem consciência de determinados atributos de sua individualidade e de sua natureza como ser social. Sua autoconsciência o permite refletir sobre os eventos da vida social e expressá-los através da fala. Mas esse indivíduo não é totalmente livre. A língua como uma posse da sociedade não permite que o indivíduo governe livremente sobre ela, por outro lado, a fala permite a esse indivíduo gozar de sua liberdade.

Em última análise, pode-se dizer que o indivíduo saussuriano é um ser social e como tal desenvolveu suas habilidades sociocognitivas como membro de uma sociedade. Aprendeu que a sociedade faz exigências aos seres particulares para que se adaptem aos padrões convencionados socialmente. Uma vez que esse indivíduo assimilou a língua, e ela passou a fazer parte de sua constituição psíquica, ele tem o poder de reelaborá-la a cada circunstância de uso. É por meio desse processo que a língua como uma posse social se transforma através dos usos que os indivíduos fazem dela.

O social”, afirmou Lahire (2006), “não é distinto dos indivíduos”, o contrário também procede, logo, os indivíduos também não são distintos do social; assim, também o sistema não é distinto do social; acrescenta-se que a língua não é distinta da fala, como dissera Saussure, “é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta”, logo, a fala é a

língua em funcionamento. Do mesmo modo, pode-se dizer que a língua do indivíduo não é diferente da língua da comunidade. Embora se diga que a língua só esteja completa no conjunto dos falantes, cada indivíduo é portador dos elementos significativos que constituem a língua do grupo, logo, o indivíduo é capaz de fornecer dados significativos para a descrição e compreensão da língua.

Conclusão

Certamente, o acontecimento de maior importância para a instituição de uma ciência Linguística surgiu com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* (1916) de Ferdinand de Saussure. O historiógrafo-linguista encontra em Saussure a síntese do pensamento sobre a Linguística produzido até então. A reflexão de Saussure sobre esse campo de estudo não ignorou a importância de seus antecessores para que a área estivesse no estágio de desenvolvimento em que se encontrava, porém buscou mostrar que os estudos linguísticos ainda careciam de um objeto específico e de um método seguro para chegar a sua compreensão.

Como visto, Saussure selecionou entre os fatos da linguagem o elemento que seria passível de uma definição autônoma. Para isso, dividiu a linguagem em dois elementos a *langue* e a *parole* e tomou o primeiro desses elementos como o objeto único da Linguística. A *langue* foi duplamente definida como um sistema interno ao indivíduo e como um fato social cujas características lhe são exteriores. Essa aparente ambiguidade no tratamento do objeto da Linguística teria importantes consequências para os estudos linguísticos no século XX. Pôde-se argumentar neste artigo que o século XX foi devotado ao estudo da *langue*: a primeira metade do século dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do sistema linguístico, e somente a partir do terceiro quartel desse século o estudo da língua como um fato social começaria a competir com os estudos do sistema.

Embora tenha sido o conceito de língua como *um sistema* que dominara os estudos linguísticos desse século, a noção de língua como *um fato social* ganharia força na segunda metade desse mesmo século com a emergência dos estudos de natureza sociolinguística.

Saussure compreendia a linguagem de forma cindida em duas partes, uma social e outra individual. A parte social compreendia a língua; a individual, a fala. Por ser um fato social, a língua foi definida como uma realidade exterior ao indivíduo e cuja natureza restringe a ação individual. Por outro lado, ao definir a fala, tomou a como um ato

individual de vontade. Argumentou-se aqui que Saussure não via contradição em definir a língua como um sistema, cuja realidade se localiza na mente do indivíduo, e como um fato social, que lhe é exterior. Embora isso parecesse, numa leitura superficial, uma contradição, pôde-se dizer que a aparente contradição se resolveria se se compreendesse a forma como o autor concebia a noção de indivíduo, ou seja, a que noção de indivíduo a língua é externa e a que ela é interna.

Pôde-se argumentar, finalmente, que não havia duplicidade na forma de Saussure compreender o indivíduo. Tratava-se apenas de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo *pré-social* é posto em contato com a língua, isso significa que ela é exterior a ele, mas nunca está “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos demais falantes que formam a coletividade. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. O fato social terá sido internalizado e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um *sistema* de regras. Como os demais indivíduos, este indivíduo compartilha das características da língua e domina as normas sociais de seu uso.

A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. Baseado em tais considerações pôde-se assinalar o fato de que a noção saussuriana deixa emergir o ator social como um agente de consciência e vontade, dentro dos limites impostos pelo sistema de regras sociais morais aprendidas. Tal indivíduo tem condições de refletir sobre os eventos da vida social e sobre a língua como o elemento que o permite acesso aos demais códigos sociais.

Argumenta-se, finalmente, que *embora um único indivíduo socializado não possua interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, pois uma língua é composta de elementos que variam dependendo da localização geográfica, socioeconômica e temporal do falante, ele possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar seu papel de ator social de direitos e liberdades. Por esse prisma, pode-se dizer que a língua do indivíduo não é menos complexa que a totalidade que constitui a língua do grupo, logo, ela não é menos língua. Pode, portanto, se constituir num objeto legítimo de descrição e análise linguística, pois a língua do indivíduo é uma reelaboração da língua do grupo.*

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud et. al. São Paulo: Hucitec, 1981[1929].
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. de Bruno Magne. Porto Alegre: Artimed, 2000.
- COSERIU, Eugênio. "Georg von der Gabelentz e a Linguística Sincrônica". In: *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem: estudos de história da Linguística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1980.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1895].
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V. 1. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994[1939].
- FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998[1977].
- JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].
- LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. Trad. Fátima Murad. Artimed: São Paulo, 2006.
- MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure*. Goiânia, Kelps, 2011.
- SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].
- WHITNEY, William Dwight. "Language and the Study of Language". In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1971[1867].